

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.
O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.**

GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en América Latina en el siglo XXI.

Título: Sindicalismo de concertação social: os significados do anteprojeto do Acordo Coletivo Especial.

Autor: Selmo Nascimento da Silva.

Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II – CPII.

Mestre em Ciências Sociais (UERJ) e doutorando em História Social (UFF).

Resumo simples:

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) elaborou o anteprojeto do Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico, ou simplesmente Acordo Coletivo Especial (ACE). O ACE foi entregue ao Ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, durante o 7º Congresso do SMABC (2011), e encaminhado para o Congresso Nacional ainda em novembro de 2011. O ACE possibilita a flexibilização da legislação trabalhista a partir da negociação direta entre o sindicato e a empresa. O presente trabalho tem por objetivo investigar os significados do ACE no atual contexto da luta de classes no Brasil, marcado pela captura da subjetividade da classe trabalhadora pelo *toyotismo sistêmico*, pela hegemonia do *sindicalismo de concertação social* e pelo apoio das principais centrais sindicais ao governo federal.

Resumo Expandido

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), elaborou o anteprojeto do Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico, ou simplesmente Acordo Coletivo Especial (ACE). O ACE foi entregue ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Marco Maia, durante o 7º Congresso do SMABC, em novembro de 2011. Ainda em novembro do ano passado, o anteprojeto foi encaminhado para o Congresso Nacional e encontra-se em tramitação para a votação.

Na cartinha elaborada e divulgada pelo SMABC, para publicizar o ACE, é exposto o texto do anteprojeto onde se define sua finalidade:

“Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico, o instrumento normativo por meio do qual o sindicato profissional, habilitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e uma empresa do correspondente setor econômico, estipulam condições específicas de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa e às suas respectivas relações de trabalho;

Condições específicas de trabalho, aquelas que, em decorrência de especificidades da empresa e da vontade dos trabalhadores, justificam adequações nas relações individuais e coletivas de trabalho e na aplicação da legislação trabalhista, observado o art. 7º da Constituição.” (SMABC, 2011: 46).

Portanto, o ACE possibilita a flexibilização da legislação trabalhista a partir da negociação direta entre os representantes dos trabalhadores e os empresários, pois cria as garantias para um sindicato habilitado pelo Ministério do Trabalho e a uma empresa, *“estipular, com segurança jurídica, condições específicas de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa e às suas respectivas relações”* (Id: 39). Assim, o “negociado” poderá ser sobreposto ao “legislado”.

O objetivo do presente trabalho é investigar os significados da proposta do Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico no atual contexto da luta de classes no Brasil das primeiras décadas do século XXI. Um aspecto simbólico fundamental é fato de se tratar de uma proposta do SMABC, ou seja, do sindicato onde o ex-presidente Lula iniciou sua militância política e ascendeu como principal liderança operária do Brasil. O movimento sindical do ABC é um dos berços do “novo sindicalismo” e, consequentemente, da formação do PT e da CUT.

Se no final da década de 1970 e início da década de 1980, a perspectiva

combativa do então Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema foi um divisor de águas para o sindicalismo brasileiro, cabê indagar quais os caminhos do sindicalismo no início da década de 2010, quando o agora Sindicato dos Metalúrgicos do ABC lança a proposta do ACE.

Esse estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o sindicalismo brasileiro, cujos primeiros resultados foram apresentados nos trabalhos *O sindicalismo brasileiro diante da reestruturação produtiva e da legalização das centrais sindicais*, apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009, e *A luta de classes no Brasil no final do século XX*¹, apresentado no VII Seminário do Trabalho – RET, Marília, 2010.

Essa etapa da pesquisa se concentra na dimensão subjetiva do movimento sindical no Brasil, tendo o sindicalismo do ABC paulista e a CUT como objetos de estudo. As pesquisas realizadas sobre no 7º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, realizado de 17 a 19 de novembro de 2011, na cidade de São Bernardo, e sobre no 11º CONCURT, realizado de 09 a 13 de julho de 2012, na cidade de São Paulo, procuraram identificar e explicar às concepções políticas e ideológicas predominantes no interior desses fóruns dos trabalhadores. Assim, objetiva-se entender o processo do *fazer-se* da classe trabalhadora, isto é, na perspectiva thompsoniana, entender a classe trabalhadora com sujeito da sua própria formação enquanto classe.

A pesquisa história, a partir de fonte documental, depoimentos e da bibliografia especializada, foi realizada na mesma perspectiva: identificar e explicar às concepções políticas e ideológicas predominantes no sindicalismo brasileiro no últimos trinta anos.

Tendo com o marco histórico o final dos anos de 1970 e início de 1980, o sindicalismo brasileiro passa por importantes transformações que vão culminar no desenvolvimento do sindicalismo cutista, também conhecido como “novo sindicalismo”. Essas transformações têm início com as greves metalúrgicas de 1978 e 1979 no estado de São Paulo. O referido movimento paredista teve dois polos de organização que confluíram para a formação da CUT: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e a Oposição Metalúrgica de São Paulo (OMSP), que passam a representar uma ruptura com as direções sindicais constituídas por burocracias e interventores pró-governo.

1 Essa etapa da pesquisa está sendo desenvolvida no PPGH-UFF, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos.

As greves do final da década de 1970 eclodem num contexto de crise econômica, com o declínio do “milagre brasileiro” e de crise política do regime militar.

No início da década de 1980, as lutas dos trabalhadores foram convertida em novas formas de organização: o PT e a CUT. Assim, o “novo sindicalismo” assumiu a forma e o conteúdo dessas organizações políticas, identificando-se com um *sindicalismo combativo*, que questionava a exploração, o regime político e a estrutura sindical. Por sua vez, as direções sindicais burocratizadas, identificadas com o *sindicalismo colaboracionista*, se organizaram na Central Geral dos Trabalhadores e na Confederação Geral dos Trabalhadores.

No interior da CUT, dois blocos político-ideológicos disputavam a hegemonia da central: os “sindicalistas autênticos”, depois denominados de Articulação Sindical, cuja principal referência era o indicado dos Metalúrgicos de São Bernardo, e a “CUT pela base”, cuja principal referência era a OMSP.

A luta de classes dos anos de 1980 se caracterizou pela luta pelo controle da produção: de um lado a burguesia implementando um “toyotismo restrito”; de outro o “novo sindicalismo” em ascensão organizado pela base. A retomada do processo de acumulação de capitais passava pela necessidade de controlar a força de trabalho no local de trabalho. Por isso, em resposta a essa ofensiva, o movimento sindical utilizava como estratégias a reorganização no “chão da fábrica” e o confronto.

Todavia, na década de 1990, a correlação de forças na luta de classes se altera com a ofensiva neoliberal do capital e com a “crise do sindicalismo”. A reestruturação produtiva, imposta pela passagem para o “toyotismo sistêmico” possibilitou, a retomada do processo de acumulação de capitais com a ampliação da precarização das relações de trabalho e com a captura da subjetividade do trabalho. O *capitalismo cognitivo* estabeleceu novas formas de gestão e manipulação do consentimento operário.

Nesse contexto, ocorreu uma reorientação política do movimento sindical: o “novo sindicalismo” abandonou a estratégia do confronto e adotou uma orientação “propositiva”, isto é, a perspectiva de que os sindicatos devem propor soluções aos problemas sociais e econômicos do país, participando de fóruns tripartites. Pode-se afirmar que o predomínio do *sindicalismo propositivo* da CUT e do *sindicalismo de resultados* da Força Sindical (central fundada em 1991) significou a hegemonia do sindicalismo de concertação social. Essa reorientação produziu dois importantes efeitos:

no plano das políticas nacionais, a colaboração das centrais sindicais com os governos neoliberais, participando de fóruns governamentais, recebendo recursos estatais e gerindo projetos de qualificação dos trabalhadores sob a égide do toyotismo; e, no plano das políticas nos locais de trabalho, os sindicatos de base reproduzem o neocorporativismo, isto é, estratégia de luta sindical setorial e colaboracionista, centrada nos setores mais organizados da classe trabalhadora em detrimento dos setores superexplorados.

O início do século XXI é marcado por profundas contradições: de uma lado, o movimento sindical entra num período de refluxo e hegemonia do sindicalismo de concertação social, mas, por outro lado, a vitória eleitoral de Lula em 2002 significou a vitória do projeto político do PT e, em certo aspecto, da própria CUT e do sindicalismo de concertação social.

Os governos petistas, de Lula e Dilma, contam não só com o apoio da CUT, mas também das demais centrais sindicais: FS, CGTB, NCST, UGT, CTB. Formando uma grande coalizão de forças pró-governo. Esse apoio tem suas bases objetivas e subjetivas no neocorporativismo e é alimentado pelo aumento geral do consumo, por vezes confundido com melhoria das condições de vida.

O ACE é elaborado e apresentado, portanto, num contexto de refluxo do movimento sindical e de crise econômica mundial do capitalismo cognitivo. Entretanto, os efeitos mais agudos da atual crise econômica, principalmente o desemprego, não atingiu o Brasil. Porém, as medidas tomadas pelos governos europeus têm ampliado as condições de precarização do trabalho, com o arrocho salarial, reforma da previdência e demissão de servidores públicos. E, conseqüentemente, a resposta do movimento sindical europeu é a realização de greves gerais e confrontos com as forças governamentais.

Nesse contexto, o ACE assume a forma de uma evolução do sindicalismo de concertação social, pois está além da participação em fóruns tripartites e do apoio às políticas do governo. Agora, o próprio sindicato assume o papel de governo ao propor um anteprojeto de lei de tipo neoliberal, como parte da reforma trabalhista. O sindicalismo de concertação social assumiu o protagonismo na reestruturação neoliberal, propondo e criando o consenso em torno da flexibilização da CLT.

O conceito de gramsciano de *egoísmo de fração* é uma das chaves para se entender a hegemonia do sindicalismo de concertação social que se expressa na proposta do ACE. O *egoísmo de fração* é uma das bases do neocorporativismo, por isso, os setores

mais organizados e estruturados da classe trabalhadora têm uma política de insulamento, pautando-se em conquistas economicistas e imediatas, afastando-se das lutas mais gerais da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho (confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo, 2000a.

_____. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000b.

BERNARDO, João e PEREIRA, Luciano. *Capitalismo sindical*. São Paulo, Xamã, 2008.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Editora da Unicamp; HUCITEC, 1991a.

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*, São Paulo, n° 17, pp. 10-36, 2003.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 1999.

COSTA, Sílvio. *Tendências e centrais sindicais*. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. 6. vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 12ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2003.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo Boitempo, 2011.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo, Xamã, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

RODRIGUES, Leônicio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

TUMOLO, Paulo Sergio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987, 3 volumes.